

ATENDIMENTOS INDIVIDUAIS A HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA COMO RECURSO PARA A PREVENÇÃO DE NOVAS VIOLÊNCIAS DOMÉSTICAS E DE FEMINICÍDIOS

Everton Borges Ribeiro¹

Resumo: Esta pesquisa analisa o atendimento psicossocial individual a homens autores de violência como estratégia de prevenção aos feminicídios, considerando o crescimento dos casos e a complexidade multifatorial da violência de gênero no Brasil. Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo-exploratório, baseada em análise documental. Este estudo analisou dois homens autores de violência doméstica, sob medidas protetivas, categorizando suas demandas psicossociais e as intervenções necessárias para prevenir novas violências contra mulheres. E conclui que o atendimento individual, em uma perspectiva psicossocial, de homens autores de violência, é um importante recurso para a prevenção de novas violências domésticas e feminicídios.

Palavras-chaves: Violência doméstica; Femicídio; Atendimento psicossocial; Homens autores de violência; Medidas protetivas.

1. Introdução

Os dados sobre violência doméstica levam autoras como Debert e Gregori (2008) a considerarem que o lar é o espaço onde mulheres e crianças correm maior risco de sofrerem violências. Contraditoriamente, porém, é na família e no ambiente doméstico que social e culturalmente se idealiza a convivência harmoniosa.

A Lei Maria da Penha trouxe conquistas significativas. Contudo, dados do Mapa da Segurança Pública (2025) apontam, desde 2020, crescimento gradual no número absoluto de feminicídios no país: 1.355 vítimas em 2020, 1.359 em 2021, 1.451 em 2022 e redução para 1.449 em 2023. Segundo o Mapa Nacional da Violência de Gênero (2025), o histórico de Medidas Protetivas de Urgência (MPU) no mesmo período aponta crescimento vertiginoso: de 347.035 em 2020 para 467.665 em 2021, 573.220 em 2022 e 529.690 até novembro de 2023. Para tornar mais didática a associação desses dados, em 2020 houve 255 MPU para cada feminicídio; em 2021, 344 MPU; em 2022, 395 MPU; e em 2023, 365 MPU. Segundo a Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher (2023), em 2023, um quarto das

¹ Instituto Novos Valores, São Paulo – SP; e-mail: evertombor@yahoo.com.br.

mulheres que sofreram violência doméstica ou familiar (27%) declarou ter solicitado Medida Protetiva, sendo que 48% afirmaram ter havido descumprimento dessa medida por parte do agressor. Ainda segundo o Mapa Nacional da Violência de Gênero (3), a 'Subnotificação de Estado' (percentual de mulheres que relataram ter sido vítimas de violência, porém não buscaram assistência estatal através de delegacia ou do canal 180) foi de 59%.

O sistema jurídico, no trato do Homem Autor de Violência (HAV), inclina-se a avaliar sua periculosidade e grau ofensivo, imprimindo sentidos de culpa, reprovação moral e punição. Desconsidera, assim, a violência a partir de múltiplas determinações, como no caso da violência doméstica e de gênero (MINAYO, 2003), sem reconhecer que ela expressa conflito de interesses e um jogo de poder inerente às relações de gênero (Gregori, 1993). Na perspectiva da análise multifatorial da determinação da violência, emerge o debate sobre formas efetivas de enfrentamento e prevenção aos feminicídios. Para Beiras et al. (2019), a violência de gênero é problema complexo que não se reduz a estratégias de segurança pública e punição, nem estritamente de saúde ou assistência social. Nesse sentido, em 2020 foi sancionada a Lei n. 13.984/2020, alterando o artigo 22 da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) (Brasil, 2006). Na seção "Das medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor", foram incluídas duas medidas importantes: o comparecimento obrigatório dos "agressores" a centros de educação e reabilitação e/ou acompanhamentos psicossociais por meio de atendimento individual ou em grupo de apoio.

Esta pesquisa destacará a importância do atendimento individual, em perspectiva psicossocial, no acolhimento de HAV, especialmente como recurso para prevenção de novas violências domésticas e feminicídios, com o objetivo de analisar demandas e intervenções de atendimentos individuais a HAV como recursos para a prevenção de novas violências domésticas de gênero e de feminicídios.

2. Desenvolvimento

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo-exploratório, baseada em análise documental. O estudo considerou as demandas apresentadas por homens autores de violência domésticas (HAV) e as intervenções profissionais registradas em prontuários de atendimentos psicossociais individuais de dois pacientes. Os atendimentos foram realizados semanalmente como parte das ações do Projeto "Construindo Novos Valores", desenvolvido pelo Instituto Novos Valores - uma associação de direito privado, sem fins econômicos, de caráter filantrópico, fundada em 2017 e localizada no Distrito do Campo Limpo, Zona Sul do município de São Paulo/SP. Para análise do material coletado, utilizou-se o método de análise do discurso, seguido da categorização dos dados, visando destacar o conteúdo relevante aos objetivos da pesquisa. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa designado, conforme Resolução nº 466/2013, sob CAAE: 74833223.8.0000.5479. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

3. Resultados

Foram analisados dois pacientes, homens cisgênero, sendo um branco e um negro, de 21 e 44 anos, respectivamente, enquadrados na Lei 11.340/2006 com processo criminal em curso à época e alvos de Medidas Protetivas de Urgência (MPU), apresentando histórico de violência doméstica. Seus nomes foram alterados por nomes fictícios para garantir o sigilo dos dados.

Para efeito desta pesquisa, foram consideradas inicialmente duas categorias empíricas:

Demandas psicossociais: considerando demandas que se conectavam a questões histórico-sociais, relacionais e de valores éticos, morais e religiosos que atravessavam as narrativas e comportamentos dos homens autores de violência (HAV);

Intervenções psicossociais: considerando o manejo e a abordagem utilizados pelo profissional ao abordar determinados temas relevantes para a prevenção de novas violências domésticas de gênero e feminicídios.

4. A análise de risco, a partir da perspectiva dos HAV

Através da análise dos dados, destacou-se, como subcategoria da categoria empírica "demandas psicossociais", o tema Análise de Risco. Ambos os atendimentos ocorreram pouco depois do término de relacionamentos, com estes homens emocionalmente abalados e ressentidos com as ex-companheiras. Foi necessária a percepção, por parte do profissional, dos riscos de estes homens praticarem violência contra suas ex-companheiras.

Destaca-se que já havia, em ambos os casos, uma mobilização importante do que parecia ser uma rede de apoio dessas mulheres, tanto na perspectiva de políticas públicas quanto de uma rede familiar e social. Contudo, apesar de toda essa mobilização, os impulsos e motivações desses homens pareciam latentes.

Ressalta-se o registro do prontuário de Vivaldi, que havia se separado da companheira e mãe de suas duas filhas algumas semanas antes do acolhimento no Projeto. Vivaldi compareceu ao acolhimento acompanhado da irmã, sem qualquer orientação ou encaminhamento de outro serviço e, já em seu primeiro atendimento, registrou-se:

..."Eu ameacei ela! Falei que pegasse minhas filhas e sumisse! Que se eu lhe encontrar vou matá-la." (SIC) Refere estar certo de sua decisão e já ter feito algum cálculo: "Sei que vou preso. Não me importo! Sei que minhas filhas nunca falarão comigo... Mas estou decidido!"(SIC).
(Prontuário de Vivaldi, 44 anos)

No prontuário de Strauss, que foi encaminhado ao atendimento do Projeto por um Serviço de Medida Socioeducativa em Meio Aberto, também constava que ele estava lidando com o rompimento de um relacionamento conjugal recente com uma adolescente de 16 anos. Registra-se:

diz "eu a peguei pelo pescoço e fomos parar "nas ideias"²... Mas não deu nada lá! Fiquei quatro horas lá sozinho, mó ansiedade, achei que iriam me matar, mas só me deram um soco nas costas!"(SIC). Apesar da repercussão, considera procurar pela adolescente, diz "não sei se ela está com medo de mim pelo que eu fiz! Mas eu só queria mostrar pra ela que eu gosto dela! Pensei em dar um presentinho, levar uma aliança... Não é mostrar que estou desesperado, sabe! Só entregar pra ela."(SIC).
(Prontuário de Strauss, 21 anos)

² Uma gíria local que refere-se a uma prática de "justiça" paralela aos processos legais e aos aparatos de Estado, executada por atores frequentemente associados a criminalidade local.

Apesar de enfrentarem consequências significativas pela violência cometida contra suas ex-parceiras, ambos os homens continuavam demonstrando disposição para praticar novos atos violentos. Isso fica evidente no registro de atendimento de Strauss.:

"Vi no *insta* dela, ela de conversa com um menino! Mano! Fiquei puto! Combinou de ir ao cinema... Eu nunca tinha ido com ela e ela iria com outro cara... Ela não agia como se tivesse um namorado! Ali eu peguei o meu celular e destruí! Segurei forte, mas bati assim na mesa, e ele quebrou... Mas isso foi pra não bater nela!" (SIC).

(Prontuário de Strauss, 21 anos)

Enquanto demanda psicossocial, ambos os registros evidenciam uma frustração decorrente do término do relacionamento, que evolui como motivação para práticas de violência. No caso de Vivaldi, observa-se a ideação de feminicídio, conforme registrado em seu prontuário:

Durante todo o atendimento Vivaldi referiu mais de uma vez que mataria a ex-companheira, se tivesse a oportunidade, "eu quero fazer isso, mas tem o momento certo... Não vou aguentar vê-la com outro homem!"(SIC)... Destaca que teve uma discussão com ela, por troca de mensagem, "ela falou tanta merda que eu quis matar ela! Iria comprar uma *peça* pra poder fazer naquele dia mesmo! Mas Deus falou comigo."(SIC).

Durante os atendimentos de Strauss, ele reata seu relacionamento, mas continua relatando contextos importantes de conflitos e violência, destacando o agravamento de situações de risco à vida da namorada. Em seu prontuário registra-se:

Strauss, informa que envolveu se em um novo conflito com a namorada, que evoluiu a uma nova situação de violência... Fala que ela chegou a se afastar ficando próximo a porta, diz: "ela estava com medo de mim! Mas quando eu a vi indo pra porta, pensei que ela iria sair gritando pelo corredor, como se eu estivesse batendo nela! Não queria que ela fizesse isso então tentei tirar ela dali, segurei ela pelo pescoço, ela começou a gritar, eu tapei a boca dela... Foi aí que vi que estava tudo errado! Joguei ela pra dentro de casa."(SIC). Descreve uma luta corporal entre os dois, até que seu pai arromba a porta da casa e o contém... "Depois ela me mandou uma mensagem. Ela disse que sabe que eu não sou assim, que são esses meus problemas... ela me perdoa"(SIC).

(Prontuário de Strauss, 21 anos)

Dessa forma, o desequilíbrio emocional de ambos os casos tornou-se o elemento central na análise do risco de feminicídio. Essa situação foi especialmente relevante considerando que os protocolos e orientações genéricas existentes demonstraram-se insuficientes para garantir a proteção adequada dessas mulheres. Durante o processo de atendimento, foram implementados recursos protetivos individualizados, desenvolvidos especificamente de acordo com as experiências vivenciais e as perspectivas particulares de cada um desses homens.

5. Medidas protetivas informais sob os HAV

Por meio da análise dos dados, destacou-se, como subcategoria da categoria empírica "intervenções psicossociais", o tema das medidas protetivas. Durante os atendimentos desses homens, evidenciou-se que as medidas protetivas ordinárias e protocolares não demonstravam eficácia protetiva, demandando outras estratégias que assumiam uma perspectiva mais informal, porém com maior conexão com as necessidades específicas que estes homens apresentavam em relação às violências que praticavam. Assim, as intervenções profissionais objetivaram o envolvimento dos Homens Autores de Violência (HAV) na análise e elaboração do que, para efeito desta pesquisa, denominaremos de Medidas Protetivas Informais (MPI).

A intervenção profissional no caso de Vivaldi considerou a ampliação de sua rede de apoio no sentido de mediação e suporte emocional em relação à sua ex-companheira, contando com a participação de sua mãe e o fortalecimento de sua religiosidade, além da valorização de sua relação, especialmente com uma de suas filhas. Foi possível identificar as seguintes intervenções:

"Falamos sobre os diferentes impulsos em um momento de crise emocional e o exercício de reflexão que deve acompanhar as suas decisões... em seguida reconhece que as ameaças à ex-companheira são motivos de preocupação com a filha. Falamos sobre distinguir a relação que busca preservar com a filha, dos conflitos que tem com a ex-companheira e Vivaldi considera solicitar a intermediação da mãe, para ver as filhas.

(Prontuário de Vivaldi, 44 anos)

Durante a análise de risco, percebeu-se que o momento mais crítico para Vivaldi seria quando buscava suas filhas para visitá-lo, inclusive descumprindo a MPU que impunha seu distanciamento da ex-companheira. O acionamento de sua rede de apoio parece uma alternativa que o próprio Vivaldi reconhece como interessante, passando a contar com a avó das crianças nessa mediação, inclusive para entrar em contato com sua ex-companheira. Outro fator que, no contexto de Vivaldi, destacou-se como uma rede de apoio importante foi sua religiosidade, considerando seu pastor como um suporte emocional e de orientação nesse momento. Registra-se em seu prontuário: “Fala também do papel de sua fé na condição do momento que vive, ‘Eu creio que Deus fará justiça! Ela vai fazer sim! Ele não quer que eu faça, porque ele é que vai fazer’”(SIC).

No caso de Strauss, os registros indicam intervenções psicossociais que promoveram sua maior implicação e responsabilidade pelas violências que praticava, deslocando-o de uma postura que atribuía a culpa à namorada. Um dos atendimentos registra:

"Diz: 'Ela pode ficar com quem ela quiser, mas ficar com ele, seria como se fosse verdade tudo aquilo que eu imaginava!' (SIC). Faz uma relação entre seus ciúmes e momentos de sua agressividade, também em relacionamentos conjugais anteriores e explica que em cada um deles tem a sensação de ter sido agressivo de forma diferente. Reconhece que ele se sentia diferente em cada uma dessas relações, diz: 'Isso tem a ver comigo! Com coisas que eu estava vivendo na época! Não tinha a ver com elas.' (SIC)."

(Prontuário de Strauss, 21 anos)

A intervenção profissional no caso de Strauss considerou uma reflexão sobre seu histórico conjugal e os momentos em que ele reconhece maior agressividade, assumindo a responsabilidade por essas práticas e destacando a importância do autocuidado em saúde mental. Outra intervenção do profissional voltou-se à MPI, considerando a rede de apoio de Strauss, que morava no mesmo quintal que o pai e reconhecia nele uma referência de suporte emocional de confiança. Registra-se em um dos seus atendimentos:

Mas reconhece o risco em praticar novas violências e com apoio do profissional faz uma análise de risco ao reatar essa relação e acolhe as recomendações de evitar acessar o celular da namorada e de combinar

com o pai, seu apoio, em caso de novos momentos de conflitos entre seu casal.

(Prontuário de Strauss, 21 anos)

A orientação profissional sugere que Strauss adote uma abordagem preventiva em relação aos conflitos interpessoais que possa enfrentar. Recomenda-se estabelecer um protocolo de comunicação com o pai, no qual ambos acordem que, mediante identificação de situações conflituosas com potencial de evolução para violência física, Strauss deve buscar o suporte paterno como estratégia de mediação e prevenção de danos.

Ambos os homens interromperam os atendimentos poucas semanas após as intervenções relacionadas às MPI. Vivaldi chegou a responder aos contatos de busca ativa, relatando que não desejava mais participar dos atendimentos, enquanto Strauss permanece, até a presente data, sob monitoramento do Serviço de Medida Socioeducativa em Meio Aberto.

6. Discussão

Em 2006, Medrado e Lyra (2008) observaram que os estudos de gênero se voltavam principalmente para a saúde das mulheres, seguindo um modelo binário e substituindo frequentemente "gênero" por "sexo". Schraiber (2012) destaca que a perspectiva de gênero permite abordar também o masculino, considerando homens e mulheres em sua singularidade e diversidade relacional. Especialmente quando esses estudos se voltam ao tema do enfrentamento à violência contra a mulher e às relações de gênero, este modelo binário fica mais evidente e intenso, reservando aos HAV tão somente o papel de alvo de intervenções da ordem de segurança pública ou justiça.

Em ambos os casos apresentados, esses HAV foram alvo dos aparatos regulares da segurança pública e justiça, indo além no caso de Strauss, que também experimentou a coerção da criminalidade local. No entanto, seus impulsos permaneceram. Isso corresponde à tríade violência doméstica, masculinidade e saúde mental exposta por Ribeiro(2025) ao referir que tanto os conflitos familiares e violências domésticas quanto a problemática forma como os HAV lidam com o tema da saúde mental são desdobramentos diretos ou indiretos

da constante busca por essa masculinidade hegemônica. A reprovação social da violência que estes homens experimentaram acabava por dar conta de apenas uma das camadas que compunham este complexo problema, desconsiderando a possibilidade de a violência ser tanto resultado dos esforços desses homens em atingir uma "masculinidade hegemônica" (2025) quanto a expressão de eventual inabilidade em lidar com questões emocionais associadas à sua saúde mental.

Albuquerque (2023) indica que homens têm maior dificuldade em acessar e expressar emoções como tristeza e insegurança, canalizando-as através de sentimentos socialmente validados como a raiva. A saúde mental masculina emerge como questão fundamental que relaciona a construção social do "ser homem" com o autocuidado. Schraiber et al. (2007) defendem a ampliação dos estudos sobre masculinidades para o "trânsito de uma visão da relação masculinidade-violência com base numa ideia genérica de patriarcado para uma ideia que privilegia a violência como expressão de insegurança masculina", conectando experiências de poder à violência contra mulheres.

Apesar de variadas e abrangentes, as Medidas Protetivas de Urgência podem simplesmente não responder adequadamente às análises de risco vivenciadas pelas mulheres, ou mesmo estar distantes de sua realidade (2021). Há de se buscar e aplicar outras medidas que se fazem necessárias para ajudar a combater a violência contra a mulher, situadas em esfera outra que não a exclusivamente punitiva. As Medidas Protetivas Informais intervêm na proteção de mulheres vítimas de violência doméstica; validá-las e/ou viabilizá-las pode ser determinante na prevenção de uma escalada da violência a um feminicídio.

As Medidas Protetivas Informais não parecem novidade no atendimento a mulheres vítimas de violência, tanto na literatura acadêmica quanto na vivência técnico-operacional de profissionais da área, costumam considerá-las como possibilidades quando as medidas protetivas de urgência são insuficientes para intervir na violência contra a mulher. O diferencial no caso desta pesquisa foi as MPI serem consideradas como intervenções voltadas exclusivamente aos HAV. O acompanhamento psicossocial individual previsto na Lei n.º 13.984/20 parece ser o ambiente de atendimento propício para a eventual análise de riscos e elaboração de MPI, como parte do processo de acompanhamento do HAV.

7. Considerações Finais

O estudo apresenta evidências no sentido de que o acolhimento psicossocial de homens autores de violência em atendimentos individuais pode oportunizar, especialmente em momentos de crises e desequilíbrios emocionais, um espaço de reflexão e cuidado em saúde mental que tende a confrontar padrões de masculinidades e comportamentos e influenciar contextos de conflitos familiares, de modo a prevenir que escalem para violências fatais contra mulheres.

Assim, a reivindicação de uma política de saúde mental voltada para homens autores de violência poderia, à primeira vista, ser tomada como um movimento contrário ao empenho de promover programas destinados à saúde da mulher vítima de violência. No entanto, é a partir da própria dimensão de gênero que se advoga por uma abordagem que inclua também o masculino, de maneira não binária, uma vez que homens, mulheres, todos necessitam ser vistos em sua singularidade e em sua diversidade no âmbito das relações que estabelecem. E estando as mulheres mais vulneráveis à violência nessa relação, faz-se necessárias as intervenções a seu favor, tanto sob si, quanto sob os homens, mas em ambos mantendo a perspectiva singular, subjetiva, que dialogue melhor com a complexa experiência desses sujeitos sobre a situação de violência que vivenciam.

8. Referências

ALBUQUERQUE, F. P. *Homens, masculinidades e saúde mental*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2023.

BEIRAS, A.; NASCIMENTO, M.; INCROCCI, C. Programs for men who have used violence against women: an overview of interventions in Brazil. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 262-274, 2019.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 8 ago. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: [inserir data de acesso].

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. *Mapa da Segurança Pública 2025*. Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/estatistica/download/dados-nacionais-de-seguranca-publica-mapa/mapa-da-seguranca-publica-2025.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2025.

BRASIL. Senado Federal. *Mapa da Violência de Gênero*. Brasília, DF, 2025.

Disponível em:

<https://www.senado.leg.br/institucional/datasenado/mapadaviolencia/#/registros-justica/medida-protetiva>. Acesso em: 8 ago. 2025.

BRASIL. Senado Federal. *Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher*. Brasília, DF, 2023. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/institucional/resolveuid/b1170bdbe8b64345b19fd3cfd4f52040>. Acesso em: 4 jul. 2024.

CONNELL, R. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 829-859, 2005.

DEBERT, G. G.; GREGORI, M. F. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 165-185, 2008.

GREGORI, M. F. *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. São Paulo: Paz e Terra; ANPOCS, 1993.

MAIESKI, K.; TAPOROSKY FILHO, P. S. Violência contra mulher: possível novo horizonte para as medidas protetivas? *Academia de Direito*, [s. l.], v. 3, p. 525-540, 2021.

MEDRADO, B.; LYRA, J. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 809-840, 2008.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. *Violência sob o olhar da saúde: infrapolítica da contemporaneidade brasileira – a violência dramatiza causas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

RIBEIRO, E. B.; MACEDO, R. G. M. “Larga a mão de frescura! Vai encher a cara!”: masculinidades de homens autores de violência e saúde mental. *Interface*, Botucatu, v. 29, supl. 1, e250081, p. 1-17, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/interface.250081>.

SCHRAIBER, L. B. Saúde de homens... e mulheres: questões de gênero na saúde coletiva. In: GOMES, R. (org.). *Sexualidade masculina, gênero e saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012. p. 7-18.

SCHRAIBER, L. B.; D’OLIVEIRA, A. F. P. L.; COUTO, M. T.; HANADA, H.; KISS, L. B.; DURAND, J. G. et al. Violência contra mulheres entre usuárias de serviços públicos de saúde da Grande São Paulo. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 359-367, 2007.